

# “CONSELHOS PARA O TRATAMENTO DA EPEDEMIA DO CHOLERA MORBUS”: REFLEXÕES SOBRE TERAPÊUTICAS E MEDICAMENTOS PARA O CÓLERA NO PIAUÍ ATRAVÉS DO JORNAL “O EXPECTADOR” (1862)

## “ADVICE FOR THE TREATMENT OF THE CHOLERA MORBUS EPIDEMIC”: REFLECTIONS ON THERAPIES AND MEDICINES FOR CHOLERA IN PIAUÍ THROUGH THE NEWSPAPER “O EXPECTADOR” (1862)

Marcus Pierre de Carvalho BAPTISTA<sup>1</sup>

Francisco de Assis de Sousa NASCIMENTO<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo foi analisar a partir do periódico piauiense “O Expectador” os conhecimentos terapêuticos e sugestões de tratamento que circularam no Piauí no ano de 1862 no tocante a epidemia do cólera nesta província. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, para compreensão do contexto do cólera no Brasil oitocentista, bem como pesquisa documental, analisando-se 8 edições do periódico “O Expectador”, bem como relatórios de presidentes da província e ofícios no intuito de defrontar as informações presentes em cada documento. Indicou-se que entre junho e julho de 1862 o cólera tornou-se elemento comum nas páginas do “O Expectador”, com a criação de uma coluna específica no jornal que tinha como intuito informar o público letrado sobre os sintomas da doença, além dos medicamentos e tratamentos que circulavam naquele momento no Brasil para tratar a doença.

**Palavras-chave:** Cólera; Província do Piauí; Tratamentos.

**Abstract:** The objective of this article was to analyze, through Piauí’s periodical “O Expectador”, the therapeutic knowledge and treatment suggestions circulated in Piauí in 1862 regarding the cholera epidemic in this province. The methodology consisted of bibliographic research to understand the context of cholera in 19th century Brazil, as well as documentary research, analyzing especially eight editions of the journal “O Expectador”, as well as reports from provincial presidents and letters to compare the information in each document. It was indicated that between June and July of 1862, cholera became a common element in the pages of “O Expectador”, with the creation of a specific column in the newspaper that aimed to inform the literate public about the symptoms of the disease, in addition to the medicines and treatments that were circulating in Brazil at that time to treat the condition.

**Keywords:** Cholera, Piauí’s province, Treatments.

---

<sup>1</sup>Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Especialista em História Sócio-Cultural pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: marcus\_pierre@hotmail.com.

<sup>2</sup>Professor Associado III da Universidade Federal do Piauí – UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI. Possui Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF, mestrado em História do Brasil pela UFPI e graduação em História pela UESPI. E-mail: franciscoufpi@gmail.com

## Introdução

No ano de 1862 o jornal piauiense “O Expectador”, editado uma vez por semana em Teresina<sup>1</sup>, capital da província do Piauí, passa a publicar uma série de edições trazendo informações sobre um novo surto epidêmico que grassava no território da província, a epidemia do cholera-morbus.

Entre junho e setembro daquele ano o periódico publicou diversas edições que se preocuparam em indicar as ações tomadas pelo poder público para conter a enfermidade, os espaços que estavam sendo afetados por este novo surto epidêmico, além de conselhos, presentes em vários números do jornal, acerca de como a doença poderia/deveria ser tratada.

Diferentemente de outras províncias brasileiras<sup>2</sup> que foram afetadas pelo cólera<sup>3</sup> já na década de 1850, especificamente a partir de 1855, no caso do Piauí os primeiros registros que tivemos acesso sobre a presença de pessoas acometidas por esta doença em seu território datam do ano de 1862<sup>4</sup>, figurando na imprensa piauiense, mas também nos relatórios dos presidentes da província desta época.

A enfermidade, por sua vez, conhecida pelo governo da província piauiense pelas consequências provocadas em outros espaços que já teria adentrado, não deixou de causar implicações semelhantes, gerando uma atuação do poder público do Piauí no sentido de evitar estes efeitos, mas também levando, possivelmente, a população a temer a chegada da doença, a sentir o medo<sup>5</sup> do que esta poderia causar em última instância, isto é, a morte.

Deste modo, o objetivo deste artigo foi o de refletir sobre a circulação de saberes terapêuticos, medicamentos a serem utilizados, tratamentos a serem realizados e informações sobre a sintomatologia do cólera a partir do jornal “O Expectador” entre os meses de junho e julho de 1862. Para tanto, utilizou-se de metodologia a pesquisa bibliográfica dialogando com autores que permitissem compreender os efeitos do cólera num contexto nacional/regional, haja visto que a enfermidade chega ao Piauí através das províncias vizinhas do Norte, como, principalmente, David (1993), Chalhoub, (1996), Pimenta (2003), Farias (2007), Alexandre (2010), Maciel (2017), Del Priore (2016), Lemos (2016), Lemos (2019) e Franco, Pimenta e Mota (2019).

Não obstante, Nunes (1975), Santana (2017), Marinho (2018), Nery (2021) e Baptista, Nascimento e Baptista (2021a), entre outros, possibilitaram a compreensão do contexto piauiense na segunda metade do século XIX no que concerne as doenças que afetavam o imaginário social e modificavam o cotidiano da população do Piauí nesta

conjuntura. Além disto, fez-se uso ainda de pesquisa documental, especificamente hemerográfica, para o estudo aqui realizado analisando-se edições publicadas pelo periódico “O Expectador” no Piauí entre junho e julho de 1862 que trouxeram registros sobre as terapêuticas da doença nesta província, bem como relatórios da presidência da província e ofícios produzidos na época no Piauí e que traziam informações sobre a enfermidade na província.

Destarte, o estudo produzido pôde refletir sobre a circulação de conhecimentos acerca da sintomologia da doença que afetava a província piauiense no recorte já citado, além dos tratamentos e medicamentos que naquele momento acreditava-se ser eficaz para o reestabelecimento da saúde dos sujeitos acometidos pelo mal<sup>6</sup>. A partir disto, aponta-se que, tal qual em outras províncias, os saberes terapêuticos, tanto de tratamentos como medicamentos, que circularam no jornal em questão estiveram diretamente relacionados às teorias médicas em voga naquele tempo e sistemas terapêuticos aplicados pelos médicos.

*O cólera no Piauí oitocentista: ponderações sobre medicamentos e tratamentos por meio do jornal “O Expectador” (1862)*

O Brasil na segunda metade do século XIX perpassa por um período singular no tocante à salubridade pública, refere-se a um contexto do império enfermo, isto é, uma conjuntura na qual a população brasileira deparava-se com diversas epidemias que se instalavam ao longo do território brasileiro provocando muitas vezes o pânico e o medo da morte, especialmente no caso de doenças que se desconheciam métodos eficientes de profilaxia e sua forma de contágio. Assim, tratou-se de um momento de desconstrução de uma perspectiva acerca de uma suposta salubridade existente no Brasil mediante seu clima e do anteparo sanitário que este teria para com a população brasileira diante de epidemias que já assolavam outras partes do ocidente, a exemplo da febre amarela e do cólera (CHALHOUB, 1996; PIMENTA, 2003).

Apesar de surtos epidêmicos não serem desconhecidos às populações que viviam na América, tendo em vista as diversas epidemias que se tornam cenário comum a partir do século XVI<sup>7</sup>, diversas outras enfermidades, dentre estas o cólera, tornaram-se epidêmicas ou existiam de forma endêmica e modificaram o cotidiano da população brasileira no decorrer do século XIX ou a partir da segunda metade do oitocentos. A febre amarela (CHALHOUB, 1996)<sup>8</sup>, varíola (CHALHOUB, 1996; SEVCENKO, 2010)<sup>9</sup>, tuberculose (BERTOLLI FILHO, 2001; NASCIMENTO, 2005)<sup>10</sup>, malária

(GURGEL, 2010; NERY, 2021)<sup>11</sup>, além de outras doenças relacionadas com o trato digestivo ceifaram milhares de vidas ao longo das cidades e das regiões interioranas brasileiras (DEL PRIORE, 2016; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

No caso específico do cólera, nosso interesse nesta narrativa, o desconhecimento quanto ao que provocava a doença, isto é, o agente etiológico da enfermidade (com os médicos dividindo-se entre teorias distintas a exemplo do infeccionismo e contagionismo), bem como os métodos de tratamento necessários para o convalhecimento dos indivíduos, além da desconfiança em certas localidades quanto a ação das autoridades públicas por parte da população terminou favorecendo a disseminação desta enfermidade e, assim, afetando de forma significativa as populações nas províncias que a doença adentrou, especialmente as camadas menos abastadas (DAVID, 1993; DINIZ, 1997; PIMENTA, 2003; ALEXANDRE, 2010; LEMOS, 2016).

O Piauí, por sua vez, não esteve alheio a esta conjuntura e, de modo similar, também foi marcado por este contexto de Império Enfermo, tendo sido afetado por várias destas enfermidades que estiveram presentes em outras províncias brasileiras. Assim, segundo Nunes (1975), Alvarenga (2011), Santana (2017), Baptista e Nascimento (2021) e Nery (2021) no início dos anos 1860 a província piauiense foi marcada pela presença de diversas enfermidades, tanto de caráter endêmico, quanto epidêmico, dentre elas destacando-se o cólera.

No caso do cólera, a pesquisa de Baptista, Nascimento e Baptista (2021a) indicou, a partir dos relatórios da presidência da província do Piauí entre os anos de 1862 e 1866, os efeitos que a doença teve na província, elencando as principais localidades afetadas, além do número estimado de pessoas infectadas (centenas) e indivíduos que vieram a óbito (dezenas)<sup>12</sup>. Os autores apontaram ainda que as regiões mais afetadas pela enfermidade foram aquelas localizadas na divisa com o Ceará, especialmente Príncipe Imperial e Independência<sup>13</sup>.

Além do cólera, outras doenças, como a febre amarela (NUNES, 1975; SANTANA, 2017) também acometeu diversos indivíduos à medida que se espalhava pela província piauiense nesta época, tendo figurado na imprensa local (SANTANA, 2017; BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021b) e sido motivo de preocupação constante por parte das autoridades públicas no tocante a quais medidas profiláticas poderiam e deveriam ser tomadas para agir no tocante a estas novas enfermidades (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021a). De modo similar, a varíola que também assumia um caráter endêmico na província irrompe em novos surtos epidêmicos na segunda metade da década de 1860 e em alguns momentos da década

seguinte afetando, principalmente, cidades como Teresina e Parnaíba (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2021).

Os destaques a estas doenças tornam-se relevantes, pois permitem a compreensão do contexto histórico do Piauí nesta época no tocante a presença de enfermidades de caráter epidêmico, bem como, a partir de Alvarenga (2011) e Marinho (2018), o entendimento do modo que os governos piauienses atuavam frente a estas moléstias, indicando-se que não agiam de forma regular acerca da saúde pública durante o século XIX e até o início do século XX

[...] conforme pode ser verificado na ausência de organização administrativa da Diretoria de Saúde Pública, que não possuía, sequer, a regulamentação para o funcionamento. Isso refletiu na ausência de planejamento para o fornecimento de serviços de saúde regulares na capital e no interior, que eram praticamente inexistentes até a década de 1920, quando ocorreu a instalação dos primeiros postos de atendimento para moléstias infectocontagiosas [...] (MARINHO, 2018, p. 21).

Deste modo, apesar de questões relacionadas a salubridade pública serem debatidas por políticos e médicos nesta segunda metade do oitocentos no Piauí apenas ações pontuais eram tomadas quanto a saúde, notadamente em contextos de surtos epidêmicos ou de possibilidades<sup>14</sup> de ocorrência destes, a exemplo do cólera (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021a) e da varíola (SANTANA, 2017). Além disso, apenas no final do século XIX, em 1898 com a criação da Diretoria de Saúde Pública é que os serviços sanitários do Piauí passam a estar concentrados em um órgão que seria responsável por evitar a disseminação de doenças infectocontagiosas e fiscalizar as condições de higiene pública do Piauí (NERY, 2021).

No contexto da década de 1860, no entanto, havia poucas instituições<sup>15</sup> de saúde que atuavam no tocante à saúde pública no Piauí, podendo-se citar o Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina (NERY, 2021), além da abertura de locais específicos em momentos de surtos como a Enfermaria dos Imigrantes no contexto da seca de 1877-79 também em Teresina já citada nesta narrativa (SANTANA, 2017). Em Oeiras, antiga capital da província, neste início da segunda metade do século XIX, após a transferência do Hospital de Caridade para Teresina, permaneceu funcionando o Hospital de Caridade de Oeiras que também atendia a população local, contudo com menos atribuições, mantendo-se apenas uma enfermaria, haja visto a impossibilidade do governo provincial de manter os dois hospitais em Teresina e Oeiras, de acordo com documentação da época (SILVA, 2016; SANTANA, 2017).

Deste modo, tornou-se situação comum a nomeação<sup>16</sup> de comissões sanitárias por parte da presidência da província do Piauí nesta época para lidar com os surtos

epidêmicos de cólera que afetavam o interior ou mesmo para preparar os espaços da possibilidade de chegada das enfermidades, tendo em vista a reduzida assistência que boa parte da província tinha no tocante à saúde pública.

Dito isto, a partir dos registros realizados no jornal “O Expectador” podemos compreender um pouco mais acerca das informações que circulavam na província sobre a doença, como a sua sintomatologia, medicamentos, além dos tratamentos indicados para os sujeitos que fossem acometidos por esta. O jornal tratou ainda sobre como o poder público atuou no tocante ao surto epidêmico do cólera no Piauí, seja com a nomeação de comissões sanitárias, construção de obras públicas ou envio de medicamentos para localidades no interior da província em edições no decorrer do ano de 1862.

Apesar de que nesta narrativa nosso enfoque recairá sobre as terapêuticas que o jornal em questão apresenta ao longo de dois meses é interessante destacar que a própria necessidade percebida pela redação do jornal de informar o público letrado sobre a doença, isto é, os sintomas que esta provocava e como deveria ser tratada denota, possivelmente, o temor que este mal provocava nos sujeitos da província. Considerando ainda o número significativo de mortos provocados pelo cólera em anos anteriores em províncias como a Bahia não é à toa encontrarmos publicados estas informações, bem como a forma que o periódico se refere a doença sobre a possibilidade de o Piauí ficar “preservado” deste mal.

Sobre esta questão a edição de número 146 publicada em 10 de junho de 1862 traz duas notas pertinentes e que permitem produzir reflexões sobre a epidemia que começava a tomar forma na província e os efeitos desta perante a população.

#### **Noticias locais.**

[...]

O chorela, que apparecera na Independencia, segundo noticias novamente vindas, começa a declinar, e ha todas as esperanças de que esse terrivel mal não passe daquelles lares, e que o resto do Piauhy fique preservado delle. Pelo menos a mudança de estação, e os meios preventivos, de que se tem lançado mão, nos autorisa a pensar assim (O EXPECTADOR, 10/06/1862, p. 4).

A notícia, no entanto, certamente não foi a primeira sobre a chegada da doença na província piauiense por meio do Ceará<sup>17</sup>, considerando que no registro indica-se tratar de uma nova informação sobre a situação da região e, principalmente, que o surto estava declinando na localidade e que até este momento os casos da doença limitavam-se a região de Independência<sup>18</sup>.

Chama a atenção, contudo, a vinculação da doença, assim como em outras províncias, como o Ceará (MACIEL, 2017; LEMOS, 2019), Espírito Santo (FRANCO; LOPES; FRANCO, 2019), Pernambuco (FARIAS, 2007), Rio de Janeiro (PIMENTA, 2003), Bahia (DAVID, 1993), a um mal, ou seja, a um flagelo. Assim, de modo similar a outras localidades no império também na província do Piauí o imaginário em torno da doença percebe-a enquanto um castigo divino, com este estando presente não apenas nos relatórios dos presidentes da província, mas também na imprensa da época.

Outro elemento que também merece destaque e que dialoga com informação veiculada pelo jornal e que trataremos adiante refere-se as medidas profiláticas que devem ser tomadas quanto a moléstia e como o contágio desta encontra-se diretamente relacionado com o clima da região, o que denota como a teoria miasmática<sup>19</sup> também estava presente no Piauí e marcava o imaginário destes sujeitos no que se refere às explicações do surgimento e alastramento de doenças. Apesar da notícia não discriminar quais seriam essas ações de profilaxia tomadas, o periódico propõe-se a informar a sociedade piauiense acerca de como tratar o cólera a partir desta edição e em várias edições seguintes publicando conselhos para o tratamento da epidemia.

Esta publicação não ocorre à toa e permite-se nos inferir, como indicado anteriormente, sobre o temor que a doença já causava entre a província, justificando a necessidade da população de “conhecer” o mal e saber como lidar com ele, tendo em vista que em todos os outros locais que se manifestou rapidamente tornou-se um surto epidêmico ceifando milhares de vidas e que, provavelmente, o caso do Piauí não seria diferente.

Desta maneira, nesta mesma edição de 10 de junho de 1862 o jornal inaugura uma nova coluna que perduraria nas edições dos meses de junho e julho e que tratava especificamente sobre o cólera. Neste primeiro número o foco dado foi o de diferenciar o cólera benigno do cólera grave ou cólera-morbo, indicando que o primeiro geralmente afeta o indivíduo por pouco tempo e se tratado corretamente desaparece no decorrer de alguns dias, mas que também há a possibilidade de evolução<sup>20</sup> para o segundo caso, sendo um quadro mais grave da doença.

No entanto, mais interessante que a diferenciação dada entre os que acreditavam se tratar de estágios diferentes da doença trata-se da continuidade da nota que se ocupa em indicar os sintomas que a enfermidade provocava naqueles que terminavam sendo acometidos por esta.

### **Cholerina.**

Symptomas – Huma fraqueza geral, algumas tonteiras, tristeza ligeiras dores pelo ventre seguidas ou não de evacuações, ou alguns signaes de indigestão, ou de constipação ou de resfriado, são as vezes os unicos symptomas da cholerina, e bastão para se applicar logo o devido tratamento.

Aqui estão porem, para os cúriosos, outros symptomas de CHOLERINA, OU PREMONITORES. Abatimento, tonteiras, dores de cabeça: dores pelas pernas, pelas coxas, de cadeiras, e nos braços; falta de sonno; língua suja esbranquiçada ou amarellada; pezo ou dores no estamago; nauseas ou vomitos, os quaes, depois que se vomita o que se comeu, são de um liquido esbranquiçado ou branco e trigueiro, ar pelo ventre, colicas, obra liquida esbranquiçada sem cheiro maior, outras vezes de côr carregada e mais grossa então mui fetida; ellas sahem sem puxos: o urinal carregadas: pulso frequente mas não produsindo granded impulsão nos dedos que o apalpao, [chama-se pulso molle]: as vezes um defiuo pertinaz de cabeça com nariz entupido, olhos lacrimosos e vermelhos, uma verdadeira catharral com falta de somno: outras vezes unicamente uma diarrhea duradoura e pertinaz: e uma grande sensibilidade ao frio; constituem os principaes symptomas da cholerina.

(Continuar-se-há) (O EXPECTADOR, 10/06/1862, p. 4).

A partir do recorte em destaque é possível inferir então que, assim como em outras províncias brasileiras, as autoridades piauienses tinham conhecimento acerca dos sintomas mais comuns da enfermidade, especialmente a desidratação grave provocada pela doença e que, conseqüentemente, pode levar o indivíduo por ela acometida ao óbito em um curto espaço de tempo.

Importante indicar também que era comum na imprensa da época publicações assinadas por médicos ou sem autoria que traziam os sintomas mais recorrentes da doença. De modo similar à publicação feita pelo “O Expectador” no Piauí nos jornais cearenses também circularam informações sobre os efeitos provocados pela enfermidade, a exemplo das publicações feitas no periódico “O Cearense” em 1862 (LEMOS, 2019). Ainda na imprensa cearense divulgou-se também conhecimentos relacionados a possíveis medicamentos e saberes terapêuticos que pudessem auxiliar no tratamento daqueles que fossem acometidos pela enfermidade. Assim, “[...] tendo em vista, que praticamente inexistiam médicos no Cariri, *O Araripe* tomou para si o papel de informar a população a respeito do que se discutia sobre a doença que se encontrava presente no Brasil [...] no intuito de prepará-la para agir quando da manifestação do cólera” (ALEXANDRE, 2010, p. 222).

Mesmo considerando que boa parte da população no contexto do Império fosse iletrada e que os indivíduos que tinham acesso a estes jornais ou que teriam condições para realizar sua leitura eram sujeitos, possivelmente, pertencentes a certas elites políticas e econômicas, é interessante ressaltar que os jornais assumiam nesta conjuntura um papel significativo em informar sobre a doença e, no caso específico do “O



Expectador”, alertar não apenas acerca da enfermidade, mas também sobre o itinerário desta no território piauiense ao considerarmos as demais edições do periódico<sup>21</sup>.

Na edição da semana seguinte, por sua vez, publicada em 17 de junho de 1862, a nova coluna que trazia informações sobre o cólera e que já figurava desde a semana anterior tem sua continuidade e desta vez o foco dado passa a ser o tratamento que deveria ser empregado naqueles acometidos pela doença.

### **Conselhos para o tratamento da epidemia do cholera morbus.**

(Continuação do n.º 146)

#### **Tratamento.**

Applicação-se ás pernas, desde as pontas dos dedos dos pés até os joelhos, grandes e quentes sinapismos, os quaes devem ser preparados na hora mesmo de applica-los pondo uma libra (uma tigella cheia) de sementes de mostarda socada em uma grande tigella, despejando-se pouco a pouco agua fervendo em cima, e mechendo-se até formar uma massa molle: então estende-se rapidamente em uma toalha um panno de dous palmos em quadro e applica-se immediatamente:

Ainda que ardão muito o doente deve soffre-los ao menos até suar.

Quando não houver sementes de mostarda deve-se dar um escalda-pés, mettendo-se as pernas até os joelhos em um barril com agua taõ quente quanto se poder supportar, tendo juntado a esta agua quente dous ou tres pratos de cinzas, e um prato de sal de cosinha, se houver: e esfregando as pernas assim mergulhadas com alguma força.

Emquanto está o doente com os sinapismos ou no escalda pés deve ser bem embrulhado em cobertores, que melhor será se forem de lã: e logo que sahir do escalda-pés ou se tirem os sinapismos, devem-se applicar aos pés tijollos quentes, ou saccos de areia bem quente, ou botijas cheias de agua quente.

Ao mesmo tempo da-se á beber infusão (é o que vulgarmente se chama *chá*) de quasquer das plantas seguintes – flores de borragem, ou flores de violas, ou flores de sabuqueiro, ou flores de tilia, ou grelos de laranjas (da terra ou da china) ou rama de avenca miuda secca ao sol ou no forno, ou flores de masella ou folhas de funcho, ou folhas de hortelã, etc: conforme houver no lugar ou conforme preferir o doente; mas estas infusões devem ser mui fracas, medindo-se o *volume* de *uma* colherinha destas plantas para cada chicara da infusão: e de mais devendo cada infusão ser feita na mesma chicara em que a tem de tomar o doente – pondo-se a planta na chicara, enchendo-a depois com agua fervendo, tapando-se por cinco ou dez minutos, e adoçando-se –; e nunca fazer um bule de infusão para se ir dando, como faz quem não sabe: á cada chicara destas junta-se qualquer dos remedios seguintes – tres ou quatro pingos de ether campherado: ou de tres a quatro pingos de alcool camphorado: ou de um a dous pingos de oleo essencial de hortelã pimenta: ou seis pingos do elixir paregórico (londinense ou americano): ou tres pinfios de oleo essencial de therebentina: ou um pingo de creosote: ou dous pingos de tintura de aconito: ou meia colherinha de aguardente de França, ou decana: ou dez pingos de espirito de Minderere: ou da minha mistura n. 1, ether e gengibre: servindo-se d’aquelles destes remedios que houver na occasião, ou que mais aceito seja pelo doente.

Qualquer destas bebidas repete-se de quarto em quarto, de meia em meia, ou de hora em hora; logo porem que o doente comece a suar, não é mais necessario juntar os *remedios* que fazem suar, basta que o doente tome só as infusões adoçadas, ou pequenas porções de *ponche* feito com chá de casquinha de limao e um pouco de aguardente, quando os suores quizerem cessar.

(Continuar-se-há) (O EXPECTADOR, 17/06/1862, p. 4).

Os tratamentos indicados no recorte em questão não foram sugeridos ou difundidos exclusivamente na província do Piauí. Em realidade tratou-se de conhecimentos similares que circularam em outras províncias brasileiras e que foram aferidos por médicos que atuavam nestas províncias e que tentavam conter o avanço da epidemia nas regiões. Em Sergipe e Rio de Janeiro, por exemplo, os médicos que atuaram nas freguesias da província escreveram e trataram de forma análoga os enfermos que tiveram contato recomendando também botijas de água quente nos pés, sinapismos, além do consumo de certos chás, dentre outros, como indica Cardoso (2019) e Pimenta (2003).

Ainda que o jornal piauiense não indique se o tratamento era eficaz ou não a partir de estudos realizados em outras províncias e em recortes temporais similares pode-se indicar que, possivelmente, estes tratamentos não tinham os efeitos esperados e “[...] muitas vezes acentuavam os sintomas da doença, justamente pelo então desconhecimento do agente etiológico” (CARDOSO, 2019, p. 466), inclusive podendo agravar a doença e levar o indivíduo ao óbito, como nos casos registrados em Sergipe.

Não obstante, segundo Cardoso (2019), era conhecimento comum ainda nesta época nas províncias brasileiras a teoria hipocrática dos humores<sup>22</sup>, isto é, que havia uma necessidade do equilíbrio destes no corpo humano para que os sujeitos permanecessem saudáveis. A partir do momento que as enfermidades provocassem um fluxo maior de algum desses fluídos o corpo humano entrava em desequilíbrio, conseqüentemente, levando o indivíduo ao adoecimento.

Para levar o corpo novamente a um contexto de equilíbrio acreditava-se ser necessário retirar os excessos de fluídos presentes no enfermo, como sangue, urina, fezes, catarro, suor e, somente após a retirada destes fluídos por meios naturais ou não, o corpo do sujeito restabeleceria sua circulação e fluidez, conseqüentemente, o seu equilíbrio e com isso o indivíduo retomaria sua saúde (CARDOSO, 2019).

Ainda que o tratamento indicado na nota do jornal “O Expectador” não comente sobre a utilização de sangrias ou mesmo de induzir o enfermo a vomitar, como nos exemplos indicados por Cardoso (2019) em Sergipe, para liberar os fluídos tidos como causadores do desequilíbrio é notável a ênfase dada pelo suposto tratamento para levar o paciente a “suar” o que configura que esta percepção em torno dos humores circulava no Piauí e também tornava-se método supostamente utilizado para tratamento dos acometidos pelo cólera na província piauiense.

A edição seguinte do jornal “O Expectador”, do dia 21 de junho, transcrita a seguir, continua as recomendações para que o acometido pelo cólera fosse tratado e

reforça a percepção existente na época sobre a necessidade de equilíbrio dos humores para o restabelecimento da saúde do enfermo.

### **Conselhos para o tratamento da epidemia do cholera morbus.**

(Continuação do n.º 147)

Se isto não bastar para suar deve-se aplicar (além do que fica dito) pannos molhados em aguardente, bem quente, ás partes internas das coxas e sobre o pente: estes pannos devem ser *espremidos*, para não irem pingando, molhar a cama; e devem ser renovados quando forem esfriando: tudo feito debaixo da cobertura para não esfriar o doente, que já deve estar deitado e muito agasalhado.

[...]

A diarreia, quando existe, diminui ou pára logo que os suores apparecem, se isto não acontecer, deve-se dar ao doente de duas em duas horas uma chicara de agua ou gomma arábica, (duas colheres bem cheias de gomma arabica firvidas em uma garrafa de agua bem limpa até derreter, e coado o liquido), ou de infusão de caroços de marmello, tudo quente e adoçado juntando-se quatro gottas de láudano: ou ainda melhor tomará o doente de duas em duas horas uma pilula feita com a decima parte de um grão de opio e um grão de gomma arabica, bebendo sobre cada pilula a agua de gomma ou a infusão de caroços de marmello quente e adoçada: suspendendo estas pilulas logo que a diarreia melhorar, ou se ellas incommodarem de qualquer modo o doente.

Quando a diarreia permanece apesar da tudo, aproveita então o darse ao doente regularmente de hora em hora uma colher de oleo de recino até que as evacuações (a obra) mude para uma cor amarellada, e tornem-se mais espessas ou consistentes.

Outras vezes porém sobre tudo quando os vomitos são mui aquosos, aproveita ao doente tomar de hora em hora meio cálix ou 4 colheres de um grão de tartaro emetico dissolvido em uma garra d'agua – este remedio toma-se frio – mas o doente deve impreterivelmente tomar sobre estas 4 colheres da dissolução de tartaro, uma pequena chicara de cosimento de cevada quente e adoçado, n'este caso a cevada não deve ser substituida por nenhuma outra cousa.

Se os vomitos cessarem depois que passarem a amarello, e sobrevierem evacuações amarelladas ou biliosas, o doente está salvo, e para-se com este remedio. Com o tartaro não se tomão os outros remedios aconselhados pela boca, mas os externos continuão todos.

Não se deve dar alimento nenhum ao doente; quando muito agua mui rala, de arroz cosido em agua, e adoçada com assucar, por um, dous, ou mesmo tres dias.

O resguardo ainda è de mais rigor: o doente deve consêrvar-se de cama por dous dias ao menos, e quando se levantar deve ser mui agasalhado, evitando corrente de ar, humildade, sereno, sol, não deixar esfriar os pés nem a barriga: estas partes devem ser cuidadosamente agasalhadas.

(Continuar-se-há) (O EXPECTADOR, 21/06/1862, p. 4).

Na continuação do número anterior o jornal retoma a divulgação dos tratamentos que acreditavam serem capazes de restabelecer o equilíbrio dos corpos e, conseqüentemente, curar as possíveis vítimas do mal que ora provocava vítimas na província do Piauí. É notável a questão dos humores e como o seu equilíbrio garantiria a saúde do indivíduo na medida em que a publicação aponta que quando a pessoa começasse a suar, então a diarreia iria começar a reduzir ou cessar, ou seja, mantém-se a ideia de que o excesso de fluídos estaria adoecendo o corpo e, portanto, fazia-se necessário sua retirada.

Cabe destacar que, tanto nesta publicação do dia 21 de junho como na anterior do dia 17 de junho, caso a teoria dos humores se provasse ineficaz no restabelecimento da saúde, sugeria-se a aplicação de outros tipos de medicamentos, vários oriundos de plantas medicinais e que, diante da situação, possivelmente não auxiliariam na saúde da vítima acometida pela enfermidade e muitos, provavelmente, agravariam o quadro do paciente.

Sendo assim, medicamentos como óleo de rícino, extraído da mamona e que serve para tratar prisão de ventre; sementes de marmelo, que possuem propriedades antidiarreicas; láudano, remédio utilizado para tratar dores ou sensação de mal-estar nos pacientes; elixir paregórico; chás variados, como de borragem, viola, sabugueiro, tília, laranja, hortelã, funcho, macela, avenca<sup>23</sup>; éter, álcool canforado, creosoto, acônito, aguardente e gengibre, encontravam-se presentes nas publicações da época.

Cabe ressaltar que algumas das substâncias indicadas para utilização no tratamento do cólera pelo jornal piauiense também figuraram na província vizinha do Ceará, conforme Alexandre (2010, p. 222) ao inferir que

Na maioria dos textos escritos por facultativos e reproduzidos n'*O Araripe* sobre prevenção e tratamento do cólera, encontramos a indicação de substâncias químicas em voga para a medicina da época, comumente comercializadas nas boticas – entre as quais se destacavam, o enxofre, amoníaco, clorofórmio, ópio, éter, láudano, óleo de rícino, etc. –, junto com ervas e outros produtos comuns nas residências e quintais das pessoas, tais como o alho, pimenta, hortelã, limão, folhas de laranjeira, macela, entre outros. Diante da crença no caráter revigorante do álcool, o vinho e a cachaça, uma das bebidas mais populares do Brasil desde os tempos coloniais, também receberam menções constantes nos artigos.

Ao observarmos, então, a quantidade excessiva e similar de recomendações sugeridas pelas publicações reforçamos que no Piauí, aparentemente, também prevaleceu a circulação destes saberes no tocante aos tratamentos que deveriam ser empregados no caso de acometimento pela doença.

A sugestão, no entanto, de chás diuréticos<sup>24</sup>, isto é, que aumentam a quantidade de urina produzida e, conseqüentemente, de excreção de água, além da utilização de elementos que não possuem propriedades terapêuticas que auxiliariam o organismo humano contra a doença, possivelmente mais acentuavam a doença aproximando o enfermo da morte, haja visto que o cólera provoca uma desidratação profunda nos indivíduos e o seu tratamento consiste basicamente em reidratar o sujeito contaminado, do que de fato permitir uma recuperação do organismo.

Outro ponto pertinente no tocante aos tratamentos e medicamentos indicados no periódico piauiense nesta época e que cabe reflexão nesta narrativa refere-se a alopatia e

homeopatia, que naquele momento tratava-se de uma discussão profícua entre a medicina científica brasileira e que é possível observar sua influência nos conselhos terapêuticos publicados acerca do tratamento do cólera no Piauí.

De modo geral, os dois sistemas terapêuticos, isto é, a alopatia e homeopatia, sugeriam formas distintas de tratar o enfermo e, especificamente no caso do cólera, de lidar com a epidemia. Assim, de acordo com Franco e Nogueira (2019) no contexto da epidemia do cólera os médicos alopatas indicavam diversos medicamentos e tratamentos de cunho invasivo, além de sugerir àqueles acometidos pela enfermidade sua internação. Dentre as terapêuticas pode-se citar a aplicação de sangrias e clisteres, escalda-pés, infusão de chás, vesicatórios, além de medicamentos diversos como “[...] éter sulfúrico, goma-arábica, tintura volátil de valerecema, espírito de terebintina, acetato de amônia, elixir paregórico, citrato de magnésio, mostarda” (FRANCO; NOGUEIRA, 2019, p. 146).

Enquanto os alopatas buscavam métodos que antagonizavam os sintomas, ou seja, tratamentos que se baseavam no princípio de tratar por opostos, os homeopatas seguiam no sentido contrário, e, dessa forma, acreditavam que era possível restabelecer a saúde do enfermo induzindo neste último sintomas parecidos com aqueles da doença que o acometia, bem como a lógica de que era necessário o uso reduzido de determinado remédio para ampliar ou garantir sua eficácia (ALEXANDRE, 2010). Assim, “[...] a homeopatia se aproximava mais das concepções de doença e de cura populares, incluindo as africanas, ao considerar elementos não físicos em sua anamnese, diagnóstico e terapêutica” (PIMENTA, 2003, p. 236), geralmente indicando tratamentos que se constituíam de modo menos invasivo e inferindo para uma não necessidade de internação do indivíduo enfermo para que este convalescesse (FRANCO; NOGUEIRA, 2019).

Deste modo, ao observarmos as recomendações terapêuticas e medicamentos que circularam através do “O Expectador” no ano de 1862 percebemos, principalmente, a influência desta medicina alopática nestas publicações. Assim, ainda que nas fontes consultadas não tenhamos encontrado menção da atuação destes sujeitos no caso do cólera no Piauí é perceptível a preponderância destes conhecimentos entre a elite letrada.

Quanto as edições seguintes e os conselhos presentes nelas tivemos acesso a mais três, sendo estas respectivamente a de 30 de junho (O EXPECTADOR, 30/06/1862), 7 de julho (O EXPECTADOR, 07/07/1862) e 12 de julho (O EXPECTADOR, 12/07/1862).

Com relação às informações destas publicações não há uma variação daquilo já discutido aqui. Mantém-se a sugestão de, praticamente, os mesmos medicamentos e de tratamentos similares com o objetivo de fazer o paciente suar, além de ressaltarem novamente os sintomas da doença, especialmente do “Cholera morbus grave ou álgido”, bem como ressaltar a rapidez com que o paciente poderia vir a óbito e que esta situação também se sucedia no Piauí, tendo em vista que “[...] se os socorros não são promptos e eficazes o doente morre em 4, 12 e 24 horas, ou dura até tres dias: alguns aqui tem morrido em menos de uma hora” (O EXPECTADOR, 30/06/1862, p. 4).

Faz-se necessário ainda um último destaque com relação a edição do dia 12 de julho em função da menção a, possivelmente, alguns farmacêuticos ou médicos e da aplicação dos remédios produzidos por estes sujeitos. A sexta publicação dos conselhos para o tratamento da doença infere que os medicamentos e tratamentos sugeridos no jornal trata-se de conhecimento que circulava<sup>25</sup> não apenas na imprensa piauiense, mas também de outras províncias e, como já explicitado, corroborado ao pensarmos o caso de Sergipe (CARDOSO, 2019).

Não obstante, há ainda um realce aos seguintes nomes: Sr. Bartholomeo José Tavares, Sr. J. J. Malta. Sr. Lapayre e Sr. C. P. B. Nascimento. Não conseguimos mais informações, no entanto, sobre quem eram estes sujeitos, se eram farmacêuticos ou médicos, quais eram os seus remédios e suas sugestões de tratamento. Entretanto, é possível inferir a partir das fontes que tivemos acesso que entre os itens indicados encontravam-se medicamentos destes indivíduos e que estes sujeitos corroboravam com a necessidade de equilíbrio dos fluídos dos corpos para uma boa saúde do organismo humano.

Além disso, retomando a questão da medicina homeopata e alopata, não encontramos nas fontes consultadas menções específicas a atuação de homeopatas ou alopatas no tocante a epidemia do cólera no contexto piauiense. O único registro que tivemos acesso e que cita esta questão foi o da edição do dia 6 de agosto de 1862 do jornal “O Expectador”, em portaria do dia 19 de julho de 1862, que agradecia a certo indivíduo pelo fornecimento de medicamentos homeopáticos às pessoas acometidas pelo cólera em Príncipe Imperial.

Assim, a partir de Pimenta (2003, p. 217), ao inferir que no caso do Rio de Janeiro “[...] uma parcela expressiva da população deve ter preferido o sistema homeopático [...]”, até mesmo porque, segundo a autora, boa parte desta já utilizava este sistema, e, indicando ainda por meio de documentação da época a perspectiva de certos médicos sobre os benefícios da homeopatia, considerando a facilidade de aplicação de

seus medicamentos e uma necessidade menor de enfermeiros, questionamo-nos se situação similar se sucedeu no Piauí no contexto do cólera.

Ainda que se tratasse de uma querela existente entre os médicos, especialmente na capital do Império, isto é, no tocante a qual sistema terapêutico utilizar, a homeopatia ou a alopatia<sup>26</sup>, sendo esta última praticada por um número expressivo de médicos no início da segunda metade do século XIX no Brasil, ao ponto que os alopatas “[...] constituíam a maioria da elite médica, que ocupava cargos na academia, faculdade, periódicos especializados e nos órgãos de saúde pública do governo [...]” (PIMENTA, 2003, p. 218), torna-se complicado refletir sobre isso ao considerarmos o contexto piauiense, notadamente marcado por um número reduzido de profissionais formados em medicina<sup>27</sup>.

Por fim, concordamos com Alexandre (2010) que, de modo similar ao Ceará, no surto de 1862 do cólera no Piauí a impossibilidade do saber médico científico de evitar o avanço da epidemia levou a população piauiense, possivelmente, a recorrer a outros conhecimentos.

E, quanto a atuação de outros praticantes de cura, considerando a ausência de médicos formados na província, nos faltam documentos que permitem inferir acerca de sua participação durante o surto epidêmico do cólera entre os anos de 1862 e 1863 na província do Piauí.

### *Considerações Finais*

Deste modo, neste contexto dos anos 1850 e 1860 predominava no império brasileiro uma incerteza em diversas províncias entre os médicos, além de uma desconfiança por parte da população quanto ao que a ciência difundia enquanto verdade e as terapêuticas adequadas para tratar as enfermidades que grassavam no Brasil, particularmente o cólera e a febre amarela (CHALHOUB, 1996). No caso do Piauí, os conhecimentos terapêuticos que circulavam em outras localidades também estiveram presentes, a exemplo da coluna “Conselhos para o tratamento da epidemia do cholera morbus” publicada no jornal “O Expectador” entre junho e julho de 1862.

Nas edições que tivemos acesso foi possível perceber os receios provocados pela doença no Piauí, principalmente pela necessidade de informar o público letrado a sintomatologia da enfermidade, os modos de tratamento e os medicamentos que deveriam ser aplicados para que os sujeitos que fossem acometidos recobrassem sua saúde.

No entanto, indicamos que no caso dos métodos de tratamento e itens utilizados enquanto medicamentos a teoria dos humores e a importância do equilíbrio nos fluídos para uma boa saúde do corpo humano ainda prevalecia entre o discurso médico veiculado na imprensa piauiense, possivelmente em decorrência de sua circulação em outras províncias, como asseverado em nossa narrativa.

Do mesmo modo, os tratamentos sugeridos e os medicamentos indicados para combater o cólera pelo jornal “O Expectador” no Piauí provavelmente serviram para agravar o quadro do enfermo ao invés de ajudar a reestabelecer sua saúde, tendo em vista a presença de itens diuréticos e a necessidade de fazer o enfermo suar, medidas contraindicadas diante de uma doença que já provoca desidratação no indivíduo acometido. Ainda que não tenhamos acesso a fontes que indiquem casos de óbitos no Piauí por terem utilizado esses tratamentos e medicamentos, considerando que esta situação se sucedeu em outras províncias o mais provável é que também tenham ocorrido casos de mortes diretamente relacionadas com estes “conselhos” entre a população piauiense.

Cabe ressaltar que o jornal em questão não se esgota com a narrativa aqui elaborada e outros estudos podem e devem ser realizados tomando este enquanto fonte e refletindo sobre o cólera. O periódico, nas edições publicadas entre junho e setembro, traz ainda outras informações sobre a situação da província do Piauí no tocante ao cólera, a exemplo das localidades afetadas pela doença, as medidas profiláticas tomadas pelo governo provincial, como a nomeação de comissões sanitárias que deveriam agir contra a doença, as formas como estas ações deveriam ser feitas, a construção de espaços para o acolhimento de enfermos, para enterros de mortos decorrentes da doença, como um cemitério provisório em alguns locais e um lazareto<sup>28</sup> na barra de Amarração no limite<sup>29</sup> entre o litoral do Piauí e Ceará, além do estabelecimento de quarentenas em embarcações que vinham de locais já contaminados e que aportariam no litoral piauiense. Não obstante, outras fontes talvez elucidem e tornem-se necessárias para tratar sobre a atuação de médicos, farmacêuticos e outros praticantes de cura no tocante ao cólera no Piauí, haja visto que no caso do “O Expectador” tem-se apenas algumas possíveis inferências sobre estes sujeitos.

Devemos lembrar ainda que são nossos questionamentos no tempo presente que indicam os caminhos que nós enquanto historiadores iremos trilhar. Em um momento em que cada vez mais novas perspectivas e modos diferentes de perceber a complexidade da vida humana influenciam na produção do historiador, a relação com a saúde, com as doenças e o medo destas ao longo de diferentes temporalidades e



espacialidades torna-se apenas mais uma das questões possíveis de serem analisadas e discutidas.

Assim, refletir sobre a experiência do adoecimento individual e coletivo revolve em compreender as distintas representações socioculturais produzidas em torno de determinada doença, tendo em vista os espaços que afetou e as temporalidades nas quais encontrou-se inserida (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2004).

Entendemos, então, que discutir sobre uma doença ou mesmo a morte em decorrência desta em dada conjuntura não significa considerar apenas os fatores biológicos, mas perceber de que modo estes encontram-se cercados por questões sensíveis de uma época, como conjunturas políticas, sociais, culturais, geográficas etc., ou seja, como estes elementos em uma referida sociedade são afetados em momentos de surtos epidêmicos (ROSEN, 1994). Desta forma, “[...] a morte, assim como a doença, não se reduz à sua evidência orgânica, natural, objetiva; ao contrário, porta significados mais complexos que ultrapassam a dimensão biológica” (NASCIMENTO, 2005, p. 32).

Ademais, as publicações realizadas no jornal “O Expectador” durante a epidemia de cólera de 1862 na província piauiense não ocorrem à toa, mas sim integradas a certo lugar social e produziram representações sobre este contexto construídas pelos sujeitos que viveram durante este momento. Semelhante ao “O Araripe”, as formas como o cólera foi representado no “O Expectador” “[...] estiveram embasadas nas pretensões políticas, projetos, crenças, medos, enfim, nas visões de mundo compartilhadas por seus autores, o que demonstra como aquele fenômeno *biológico* foi apropriado e vivenciado naquele contexto” (ALEXANDRE, 2010, p. 223).

Cabe indicar que o Piauí, provavelmente, não foi afetado pelo cólera apenas nos anos 1860 do século XIX, mas também nas décadas subsequentes (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018) e no século seguinte, haja visto a possibilidade de esta doença talvez ter permanecido no território piauiense de forma endêmica, eventualmente havendo momentos de surtos epidêmicos, como o caso da irrupção epidêmica entre 1991 e 1993 que afetou o Brasil e, conseqüentemente, o estado do Piauí<sup>30</sup>, possivelmente permeando o imaginário social da população piauiense até o tempo presente.

Deste modo, as epidemias e o seu estudo ao longo do tempo possibilitam ao pesquisador em história compreender as diferentes formas como os indivíduos se comportam diante destes contextos, especialmente, no caso de surtos considerados catastróficos (caso do cólera, febre amarela etc.). Ao historiador são necessários o cuidado e a sensibilidade para não deslocar a doença estudada e tentar percebê-la

enquanto elemento integrante da sociedade, tanto como consequência de sua organização, mas também como um agente de transformação, de modo que sua singularidade permita refletir sobre a conjuntura social em que esta enfermidade se manifesta (ROSENBERG, 1992)<sup>31</sup>.

Por fim, concordamos com Pesavento (2005, p. 9), ao inferir que “[...] tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas [...]” e, portanto, a narrativa aqui produzida sobre o cólera em 1862 no Piauí e as dúvidas que acenderam a fagulha de inspiração para a elaboração desta é apenas uma dentre as muitas que ainda podem/irão surgir.

## Referências

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. “Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!”: cólera, imprensa e política (1862). In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda (org.). *Política e sociedade no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Recife: UFPE, 2020, p. 63-86.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense o Araripe (1855 – 1864)*. 2010. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Desenvolvimento e segregação: políticas de modernização e isolamento compulsório de famílias afetadas pela lepra no Piauí (1930 – 1960)*. 2011. 357 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. De todos os pontos partirão reclamações: cólera e medo no Piauí (1862 – 1866). *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 128-146, set./dez. 2021a.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. O cólera nas páginas do jornal “O Expectador” (1862) no Piauí na segunda metade do século XIX. *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais*, Uberlândia (MG), v. 18, n. 2, p. 359-384, jul./dez. 2021b.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Questões de litígio entre o Piauí e o Ceará: Embates pela Vila de Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1884). *Revista do Instituto*

*Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.182 n. 485, p. 225-252, jan./abr. 2021c.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O Inimigo vem do Mar: Cólera, Medo e Morte no Litoral Piauiense no Final do Século XIX. *Revista Latino-Americana de História*, v. 10, n. 25, p. 64-79, jan./jul. 2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. Do “assombro” à morte: possibilidades de se pensar o medo, varíola e raiva no Piauí na segunda metade do século XIX. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* (UniEVANGÉLICA), v.7, n.2, p. 12-28, maio/ago. 2018.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Ed. 1. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

CARDOSO, Amâncio. Sob o signo do cólera: médicos acadêmicos contra a epidemia em Sergipe. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 450-476.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVID, Onildo Reis. *O Inimigo Invisível: A epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*. 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: v.2 – Império*. Ed. 1. São Paulo: LeYa, 2016.

DI STASI, Luiz Claudio; HIRUMA-LIMA, Clélia Akiko. *Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica*. Ed. 2. São Paulo: UNESP, 2002.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. 1997. 507 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FARIAS, Rosilene Gomes. *O khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FONSECA, Ana Carolina Rezende; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Uma breve história da epidemia de cólera na província de Minas Gerais. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 214-249.

FRANCO, Sebastião Pimentel; LOPES, Daniel Fraga; FRANCO, Luiz Felipe Sias. Flagelos da justiça de Deus: a febre amarela e o cólera no Espírito Santo. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 112-142.

FRANCO, Sebastião Pimentel; NOGUEIRA, André Luís Lima. Entre práticas e curas: as polivalentes formas de se enfrentar a epidemia do cólera no Espírito Santo. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 143-168.

FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019.

GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. Ed. 1. São Paulo: Contexto, 2010.

LEMOS, Mayara de Almeida. Asquerosa enfermidade: cólera no Ceará. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 90-111.

LEMOS, Mayara de Almeida. *Terror no sertão do Ceará: o cólera e seus flagelos*. Ed. 1. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MACIEL, Dhenis Silva. *Dos sujeitos, dos medos, da espera: a construção social do cólera-morbus na província cearense (1855-1863)*. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter Sadia a Criança Sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Ed. 1. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. Ed. 3. Recife: UFPE, 2017.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira; LEMKE, Maria; DIAS, Thiago Cancelier. “Fomos aqui acometidos por três flagelos: a varíola, o morbo e a cólera.” Um ensaio sobre as epidemias nos Guayazes. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 169-191.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Ed. 1. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). Ed. 1. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13-30.

NERY, Ana Karoline de Freitas. *Políticas Públicas de Saúde, Doenças e Medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*. 2021. 228 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí* v.4. Ed. 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 146, jun. 1862.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 146, jun. 1862.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 147, jun. 1862.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 148, jun. 1862.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 149, jun. 1862.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 150, jul. 1862.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 151, jul. 1862.

O EXPECTADOR, Teresina, ano 4, n. 154, ago. 1862.

OLIVEIRA, Daniel. “Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia”: mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. 2018. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Ed. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIAUHY. Delegacia de Parnahyba. *Ofício s. nº dirigido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Frederico de Almeida e Albuquerque, Presidente da Província*. 11 fev. 1856. Documentos da Delegacia de Parnaíba disponível no acervo do Arquivo Público do Piauí “Casa Anísio Brito”.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O Exercício das Artes de Curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. 2003. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Ed. 3. Teresina: Zodíaco, 1997.

PORTER, Roy. *Cambridge: História da Medicina*. Tradução de Geraldo Magela Gomes da Cruz e Sinara Mônica de Oliveira Leite. Ed. 1. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2008.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Piauhy na abertura de sua sessão ordinaria no dia 1º de novembro de 1855 pelo Excellentissimo Senhor Vice-Presidente da Província Baldoino José Coelho*. Piauhy, 1855.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de setembro de 1867 pelo Prezidente da Provincia o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. Piauhy, 1867.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA. *Relatorio do Presidente do Piauhy o commendador Frederico D'Almeida e Albuquerque appresentado á respectiva Assembleia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 1856*. Piauhy, 1856.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. Tradução de Marcos Fernandes da Silva Moreira. Ed. 1. São Paulo: HUCITEC/UNESP; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROSENBERG, Charles Ernest. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Ed. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. *Asilo de alienados de Teresina: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (1880 a 1920)*. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. Um século de Cólera: itinerário do medo. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, v.4, n.1, p. 79-110, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930*. Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Ed. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, James Roberto. Notícias sobre as epidemias no Amazonas: as intermitências de um processo inacabado na floresta. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 25-57.

SILVA, Rafaela Martins. *As faces da misericórdia: A Santa Casa de Teresina na assistência pública (1889 – 1930)*. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Males antigos, dilemas semelhantes? Peripécias do “odioso egípcio” na Bahia. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (org.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Ed. 1. Vitória: EDUFES, 2019, p. 58-89.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moi. Ed. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. Tradução de Livia de Oliveira. Ed. 1. São Paulo: UNESP, 2005.

WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (ed.). *História da América Latina*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. Ed. 1. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, vol. 1, p. 195-239.

<sup>1</sup> De acordo com Pinheiro Filho (1997) “O Expectador” foi fundado em 1858, tendo a primeira edição sido publicada em 1 de setembro deste ano. Foi um jornal de cunho conservador, sendo pertencente ao Partido Conservador do Piauí e seu órgão oficial. Tinha tipografia própria e teve a última edição publicada em junho de 1863 quando fundiu-se com o jornal “Liga e Progresso” dando origem a um novo periódico.

<sup>2</sup> Segundo Fonseca e Silveira (2019) o cólera teve várias incursões no decorrer do século XIX, sendo possível nomear estas enquanto seis ondas pandêmicas que teriam atingido inicialmente Ásia e África entre 1817 e 1824, posteriormente a segunda onda afetou as ilhas do Pacífico, o Japão, a Europa, a América do Norte e América Central entre 1829 e 1837. A terceira onda, por sua vez, entre 1840 e 1860 levou a doença a todos os continentes. Neste sentido, de acordo com David (1993), se a partir do século XIX quando o cólera passou a assumir um caráter epidêmico, afetando outros países e continentes para além da Índia e se na primeira metade do período oitocentista os surtos epidêmicos desta enfermidade estiveram limitados à Ásia, África e Europa a partir de 1840, com um novo surto epidêmico do cólera, a doença alcança a América do Sul chegando ao Brasil em maio de 1855 inicialmente na província do Pará, mas pouco tempo depois afetando outras províncias como o Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, além de boa parte das províncias que hoje compõem o que entendemos enquanto Nordeste, a exemplo da Bahia, província foco do estudo de David (1993), ainda que nem todas tenham sido acometidas pela doença ao mesmo tempo, como é o caso do Piauí. Além disso, segundo Santos (1994), no caso do Pará, entre as medidas profiláticas sugeridas por uma comissão médica nomeada pelo governo provincial não foi indicada a realização de quarentena a ser feita em navios em que houvesse a suspeita de indivíduos acometidos pela doença. Deste modo, ainda que se soubesse antecipadamente do surto de cólera presente em um navio que aportaria em Belém naquele ano de 1855 nenhuma medida de isolamento foi tomada e, não obstante, foi permitido que a embarcação seguisse para outras regiões do país, o que para o autor facilitou a disseminação da enfermidade nas demais províncias costeiras do Brasil.

<sup>3</sup> Segundo Moraes, Lemke e Dias (2019) esta doença é provocada pela bactéria *Vibrio cholerae*, sendo transmitida entre humanos através da ingestão de líquidos não fervidos, especialmente a água, e alimentos contaminados. O bacilo, por sua vez, concentra-se nas fezes dos enfermos e pode ser encontrado também em locais onde as águas estão poluídas e, conseqüentemente, contaminadas. Além disso, seus sintomas mais comuns são: vômitos, diarreias, cólicas e espasmos musculares podendo levar em um dia o paciente a um quadro de desidratação grave e, em função disso, à morte. Na década de 1860, no entanto, não se tinha conhecimento sobre a doença ser provocada por uma bactéria, muito menos sobre as medidas profiláticas mais adequadas a serem tomadas, haja visto que a teoria miasmática, que tratava sobre a origem e disseminação das doenças, configurava-se enquanto o pensamento mais aceito na época em detrimento da teoria bacteriológica e, não obstante, apenas em 1884 o bacilo que provoca o cólera foi descoberto pelo cientista alemão Robert Koch.

<sup>4</sup> Não apenas o Piauí, mas a província do Ceará também esteve ausente do surto de 1855 e 1856, tendo sido registrado nos documentos da época, tanto do poder público, como da imprensa cearense o temor que as autoridades públicas e, possivelmente, a população tinham acerca da possibilidade de a enfermidade chegar no território da província do Ceará. Esse receio “[...] que o Ceará passasse pelas mesmas cenas lastimáveis que se repetiam por várias províncias do império acabou levando a ações que auxiliaram no processo de construção de equipamentos públicos de saúde, que, se a um primeiro olhar, baseado em preceitos contemporâneos, podem parecer incipientes e não tão funcionais, naquele momento podem ser vistos como uma experiência de cuidados públicos que destoava de uma política apenas combativa (onde o poder público apenas se manifesta sobre doenças quando estas já eram realidades impostas) e apontaria para uma experiência preventiva, na qual cuidados são expedidos antes mesmo que a doença tomasse de assalto os cidadãos cearenses” (MACIEL, 2017 p. 16). Já neste contexto, então, a província do Ceará buscou nomear comissões sanitárias nos diferentes termos que a doença poderia atingir, construir lazaretos para recebimento e tratamento de prováveis enfermos, quarentena de embarcações que adentrassem o porto de Fortaleza e que houvesse suspeitas de contaminados a bordo, envio de ambulâncias e medicamentos para localidades que, supostamente, estariam ameaçadas, além da solicitação de facultativos (sujeitos que exerciam a medicina de maneira legal, conforme Oliveira (2018)) de outras províncias, considerando o quadro reduzido de médicos que atuava no Ceará, bem como a construção de enfermarias e ampliação de cemitérios (ALEXANDRE, 2010). No entanto, “[...] a doença não veio” (MACIEL, 2017, p. 16) e apenas em 1862 a doença volta a ameaçar chegar à província do Ceará tornando-se epidêmica no mesmo ano e, deste modo, diversos registros da enfermidade na província cearense passam a figurar nos documentos do poder executivo e na imprensa cearense. Assim, a modificação do cotidiano das populações cearenses foi significativa, haja visto o número expressivo de enfermos e de mortos provocados à medida que a enfermidade afetava as freguesias da província. Esta conjuntura fez com que o cólera se tornasse um dos temas mais debatidos pelos jornais cearenses naquele momento (ALEXANDRE, 2020). No Piauí, por sua vez, encontramos a partir do final de 1855 e meses iniciais de 1856, menções a enfermidade, notadamente ao receio desta chegar à província piauiense e,

supostamente, a tomada de medidas profiláticas no caso de a doença chegar em território piauiense. Em documento da delegacia de Parnaíba, datado de fevereiro deste último ano, há a indicação de recebimento de ofício da presidência da província de janeiro de 1856. Neste documento o delegado afirma que serão tomadas medidas para evitar a chegada da "[...] epidemia que infelizmente fazia estragos em diversos portos do Império" (PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1856), citando dentre essas medidas o aluguel de uma casa por seis meses para criação de uma enfermaria e abertura de leitos visando atendimento de possíveis enfermos. Do mesmo modo o documento cita a criação de uma enfermaria no Porto da Barra das Canárias caso também chegasse na localidade alguma pessoa acometida pela doença. Além disso, no relatório de presidência da província de 1855 de Balduino José Coelho datado de novembro daquele ano é informado que o governo da província teria encaminhado soldados para Oeiras com objetivo de realização de quarentena de indivíduos que estivessem vindo da província baiana para o Piauí, haja visto as relações existentes naquele contexto entre ambas as províncias (PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1855). No que se refere a salubridade pública o relatório encerra negando o registro de algum acometido pela enfermidade na província do Piauí. No ano seguinte, no relatório do presidente da província do Piauí de Frederico D'Almeida e Albuquerque apresentado à Assembleia Legislativa da província em 1856 há uma breve nota sobre as condições da saúde pública piauiense. Neste registro o governo provincial atesta ciência sobre certa epidemia que naquele momento afetava boa parte do império brasileiro sem, contudo, indicar qual seria esta enfermidade que "flagelava" o Brasil. Considerando o contexto, no entanto, certamente tratava-se da epidemia do cólera que desde o ano anterior, isto é, 1855, provocava inúmeras vítimas nos espaços em que adentrava. A nota indica ainda que até o ano de 1856 a enfermidade ainda não havia chegado ao Piauí, mas que o governo da província já estava tomando medidas profiláticas para evitar que isto ocorresse ou para socorrer a população caso necessário, mantendo o discurso do ano anterior, ainda que não discriminem quais seriam estas medidas (PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1856). O relatório de 1855 reporta ainda uma morte suspeita ocorrida em Oeiras e logo se põe a negar que se tratasse de um caso de cólera, contudo, nos faltam outros documentos para inferir sobre o caso em questão e, considerando que o relatório seguinte que tivemos acesso, isto é, o do ano de 1856, é fruto do mesmo partido político, o partido conservador, não seria impossível a omissão de casos da doença já em solo piauiense neste momento visando preservar a imagem política dos conservadores na província e as ações profiláticas que haviam tomado no ano anterior. Apesar disto, observamos, então, que em ambas as províncias, isto é, Piauí e Ceará (ALEXANDRE, 2010; MACIEL, 2017) há registros do medo em torno da chegada da doença, ações de prevenção, supostamente, sendo tomadas pelo poder público, bem como casos suspeitos da enfermidade, no entanto o surto epidêmico inicia-se efetivamente apenas a partir de 1862.

<sup>5</sup> A partir das perspectivas de Tuan (2005) e Ariès (2012) compreendemos o medo nesta narrativa enquanto um produto das diferentes conjunturas históricas e espaciais, nas quais os sujeitos encontram-se inseridos, podendo estar associado a diversos elementos que provocam o terror propriamente dito em indivíduos ou nas sociedades. Neste sentido, o medo das doenças e, conseqüentemente, o medo da morte provocado por estas, além da relação estabelecida entre a humanidade e estas últimas, transformou-se significativamente no decorrer do tempo. No século XIX, contexto de discussão deste artigo, a sociedade ocidental produz um novo imaginário em torno da morte, com esta última deixando de ter uma representação romântica e tornando-se um motivo de temores e receios por parte da população. Deste modo, a possibilidade de epidemias de doenças desconhecidas e na qual não se conheciam tratamentos efetivos, a exemplo do cólera, modificou o cotidiano das pessoas, provocando o terror e criando paisagens do medo nos espaços que eram afetados por estas enfermidades. Sobre esta discussão acerca do medo do cólera no contexto piauiense da segunda metade do século XIX os estudos de Baptista e Nascimento (2018), Baptista; Nascimento e Baptista (2021a) e Baptista; Nascimento e Baptista (2021b) permitem maior aprofundamento e produção de reflexões.

<sup>6</sup> Interessante ressaltar que a vinculação da doença enquanto um "mal" ou "flagelo" não acontece à toa, tampouco limita-se ao Piauí. A quantidade de vítimas acometidas e mortes causadas em função da doença no decorrer do século XIX levou aos sujeitos em diferentes localidades a vincularem o cólera diretamente a um mal ou flagelo, ou seja, a uma punição divina, como é possível perceber nas fontes consultadas por pesquisadores que refletiram sobre os efeitos do cólera em diversas províncias do Brasil (FRANCO; PIMENTA; MOTA, 2019). Do mesmo modo, quando o "mal" não atingia o território atribuía-se à "Divina Providência" o afastamento do flagelo, como é o caso do relatório do presidente da província do Piauí de Frederico D'Almeida e Albuquerque apresentado à Assembleia Legislativa da província em 1856, e de maneira similar, quando o surto epidêmico se extinguiu a Divina Providência também entrava em ação e era percebida enquanto responsável por findar a doença, a exemplo do Ceará (LEMONS, 2019). O imaginário de que a doença se tratava de uma punição enviada por Deus levava a esta dupla percepção que por vezes tornava-se antagônica e com o registro de preces ou procissões para que a Divina Providência intercedesse em certas localidades, como foi o caso do Espírito Santo (FRANCO; NOGUEIRA, 2019). Para Tuan (2005) essa associação tratava-se de uma racionalização comum realizada



dentro do imaginário judaico-cristão para compreensão do porquê uma epidemia disseminava-se rapidamente em determinada localidade, vinculando-se o surto epidêmico a um castigo divino em função de alguma transgressão realizada por aquela sociedade

<sup>7</sup> Segundo Miranda (2017), o período que marca a conquista da América, isto é, do final do século XV e durante o século XVI, as populações nativo-americanas foram afetadas por diversos surtos epidêmicos em decorrência do contato entre estes povos com os europeus. Dentre estas enfermidades destaca-se a varíola, sarampo, gripe e a peste que ceifaram milhões de vida no continente americano no recorte temporal destacado. Ainda sobre este declínio populacional Todorov (2003) indica uma redução significativa ao considerar que as estimativas para a população americana da época ser em torno de oitenta milhões antes do início da conquista e já em meados do século XVI ou próximo ao fim deste século estes números estarem na casa dos dez milhões. Apesar das guerras empregadas pelos europeus, Wachtel (1998) destaca que o principal fator para um decréscimo tão acentuado se explica a partir dos efeitos provocados pelas novas doenças oriundas da Europa, as quais os povos originários das Américas não possuíam anticorpos para combater-las em virtude de terem estado até então isolados geograficamente do restante do mundo e, em função disso, é possível encontrar o registro de vários surtos epidêmicos ao longo da América e com estes a redução significativa destes povos e o colapso de sua civilização após a conquista.

<sup>8</sup> Sobre esta enfermidade e seus efeitos no Rio de Janeiro ver Chalhoub (1996).

<sup>9</sup> Em relação a varíola no Rio de Janeiro ver Chalhoub (1996) e Sevcenko (2010). Quanto a presença desta doença no Piauí Baptista e Nascimento (2021) indicam o registro de surtos da doença que existia em território piauiense de modo endêmico e em contextos específicos assumia um caráter epidêmico, a exemplo da seca de 1877-79 e a vinda de retirantes cearenses flagelados pela seca para o Piauí. A partir dos relatórios dos presidentes da província de 1863 a 1879 os autores indicam o registro do surto da varíola na província piauiense em 1863, entre 1865 e 1866, 1867, entre 1875 e 1876, 1877 e entre 1878 e 1879, às vezes com breves menções em localidades diversas e em outros momentos sendo registrado o óbito de centenas de pessoas, como no caso de Teresina em 1875 no qual os autores apontam mais de 500 mortes apenas na capital.

<sup>10</sup> No que se refere a tuberculose no contexto brasileiro ver Bertolli Filho (2001) e Nascimento (2005). No caso do Piauí Alvarenga (2011) e Santana (2017) indicam a presença da doença também em caráter endêmico no decorrer do século XIX e também no início do século XX, tendo sido citada neste último século no relatório de Artur Neiva e Belisário Pena quando de sua passagem pelo interior do Piauí. Quanto ao período oitocentista, Santana (2017) comenta ainda sobre casos da enfermidade durante o período da seca de 1877-79, sendo possível encontrar registros de óbitos de doenças diversas, dentre elas, a tuberculose, nas Enfermarias de Imigrantes criada pela presidência da província na época para acolhimento dos retirantes da seca e que funcionavam no Hospital de Caridade e no Quartel de Polícia de Teresina.

<sup>11</sup> Em se tratando da malária ver Gurgel (2010). No Piauí, Nery (2021) aponta que é possível encontrar diversos registros da enfermidade ao longo do tempo, denotando o caráter endêmico que esta assumia na região e, especificamente no século XIX, a enfermidade é citada por viajantes que estiveram em território piauiense, bem como por autoridades públicas, notadamente informando sobre a situação de salubridade pública da província. Assim, no caso da malária e ao pensarmos o contexto histórico do Piauí oitocentista, “[...] a presença de rios em alguns municípios de norte a sul da província e a concentração de pessoas pobres, plantações e comércio nas suas margens, e as poucas repartições de saúde para o tratamento da doença no território piauiense durante a segunda metade do século XIX, eram os principais agravantes para a manifestação do impaludismo” (NERY, 2021, p. 142).

<sup>12</sup> Nos documentos que Baptista, Nascimento e Baptista (2021a) tiveram acesso há o registro de 313 infectados e 52 óbitos em Príncipe Imperial e 47 óbitos em Independência, sem especificar nesta última a quantidade de infectados, entre os anos de 1862 e 1863. Para os autores, embora os números sejam reduzidos ao considerarmos as conjunturas de outras províncias é preciso levar em conta que, naquele contexto, ambas localidades possuíam aproximadamente 7 mil pessoas vivendo na região, portanto, o registro de infectados na casa das centenas e mortes nas dezenas não nos parece improvável, haja visto que ao pensarmos o caso da Bahia que alguns anos antes no surto de 1855 e com uma população de mais de 1 milhão atingiu, aproximadamente, a cifra de 36 mil mortes.

<sup>13</sup> Aqui cabe indicar a importância de se utilizar outras fontes para refletir sobre os efeitos da enfermidade em território piauiense, haja visto a intencionalidade existente em cada documento e, no caso de documentos produzidos no âmbito da política era comum o enaltecimento ou omissão de ações de acordo com os grupos que estivessem no poder. Essa situação, por exemplo, pode ser observada no caso da possibilidade do cólera tornar-se novamente epidêmico no Piauí entre 1883 e 1884 através do “porto” de Amarração e as querelas políticas entre o Partido Liberal e Conservador no contexto que, dependendo do grupo que estivesse na presidência da província, os jornais de cunho político e diretamente conectados com cada partido suavizavam ou atenuavam as críticas as medidas tomadas pelo poder público para

impedir a visita indesejada, estas sendo a construção de um lazareto em Amaração para acolhimento e quarentena de possíveis enfermos (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). Portanto, mesmo que estejamos dialogando com estes autores no que se refere a questão do cólera, indicamos essa ressalva quanto a configuração da epidemia no contexto da década de 1860 conforme apresentado por Baptista, Nascimento e Baptista (2021a) e a necessidade de realização de novas pesquisas sobre esta conjuntura.

<sup>14</sup> Cabe ressaltar que essas medidas de prevenção tomadas pelo governo da província, como a criação de enfermarias em Parnaíba no início de 1856 ou mesmo a realização de quarentenas em Oeiras de pessoas suspeitas oriundas da Bahia, ainda que se tratassem de ações limitadas, denotam uma proposta de prevenção em um contexto que os poderes públicos só passavam a atuar após a irrupção da enfermidade, indicando, de forma similar à província do Ceará “[...] uma experiência preventiva, na qual cuidados são expedidos antes mesmo que a doença tomasse de assalto os cidadãos cearenses” (MACIEL, 2017, p. 16).

<sup>15</sup> Santana (2017) cita ainda a existência do Hospital dos Morros de Santo Antônio pertencente ao capitão Antônio Martins Lima funcionando nesta época em Teresina sem, contudo, indicar mais informações sobre esta instituição.

<sup>16</sup> Não apenas no Piauí, mas foi situação comum a nomeação de comissões sanitárias, geralmente formadas por médicos, para atuarem no combate à epidemia do cólera também em outras províncias, ainda que no caso piauiense a ausência de médicos na província tenha levado o governo provincial a indicar outras autoridades públicas locais, como juizes, delegados e políticos. Estas comissões eram indicadas nas localidades afetadas ou que se acreditava estarem em risco de serem acometidas pelo cólera. Foi o caso da província de Minas Gerais, na qual a presidência nomeou comissões em municípios específicos para que pudessem lidar com a presença da enfermidade, cuidando dos enfermos e alertando o governo provincial da conjuntura na localidade no que fosse referente ao recrudescimento da doença ou agravamento da situação (FONSECA; SILVEIRA, 2019). Situação similar se sucedeu também na Bahia, tanto na epidemia de febre amarela em 1850 com a nomeação pela presidência da província de comissão de médicos responsável pelo atendimento de enfermos e distribuição de remédios nas freguesias baianas (SOUZA, 2019), como durante a epidemia do cólera a partir de 1855 na qual comissões formadas por médicos e estudantes transitavam por várias localidades da província para verificar as condições de salubridade existentes e inferir a presença ou não do cólera entre a população (DAVID, 1993). No caso do Ceará também se observou a criação destas comissões no decorrer do território cearense, normalmente compostas nesta província por sujeitos que detinham certo status político e econômico, além de autoridades públicas locais, como juiz de direito, pároco e presidente da câmara municipal. No caso do cólera a nomeação destas comissões se sucedeu ainda em 1856 quando do receio da enfermidade adentrar a província do Ceará. Cabe indicar ainda o caráter político e o prestígio social que estas comissões adquiriam ao considerarmos o caso cearense, considerando que após a doença chegar à província do Ceará, isto é, a partir do ano de 1862, a atuação dos sujeitos que compunham estas comissões ou que doavam para estas últimas “[...] não deixava de ser um investimento em sua imagem social e política [...]” (ALEXANDRE, 2010, p. 133). Assim, as ações filantrópicas tomadas por indivíduos que doassem víveres para as comissões locais ou mesmo os sujeitos que atuavam diretamente nestas últimas não ocorriam à toa, sendo informado pelos membros das comissões sanitárias ao governo da província, além dos jornais locais, sobre a filantropia realizada por estes sujeitos. Não obstante, o próprio Estado Imperial solicitou às províncias assoladas pelo cólera nesta época que indicassem os indivíduos que teriam atuado visando lidar com a epidemia ou que tivessem prestado serviços relevantes ao Império no decorrer do surto epidêmico de 1862 (ALEXANDRE, 2010). No caso piauiense esta questão pode ser observada também na imprensa local, especialmente no “O Expectador”, nas edições publicadas no segundo semestre de 1862, após, supostamente, o término do surto de cólera que assolava as localidades limítrofes entre o Piauí e o Ceará. Nos números publicados em setembro daquele ano o jornal trazia indicado os nomes dos indivíduos que teriam de algum modo atuado contra a doença e auxiliado a população, em especial a indigente, de seus respectivos locais (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021b).

<sup>17</sup> Independência no contexto aqui discutido, isto é, o ano de 1862, ainda pertencia ao Piauí e localizava-se na divisa entre esta província e o Ceará. Apenas em 1880 por meio do Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880 houve uma troca territorial que incorporava Amaração (Luís Correia) do Ceará ao território piauiense e cedia Independência e Príncipe Imperial (Crateús) à província cearense (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021c). Cabe ainda indicar que, segundo Lemos (2016), um dos municípios afetados pelo cólera no Ceará na década de 1860 foi o de Quixeramobim e no então recorte temporal, este mantinha uma estrada pública com acesso direto à Independência e Príncipe Imperial (Crateús), isto é, ao Piauí. Deste modo, não é de estranhar que os primeiros registros da enfermidade no território piauiense são das áreas limítrofes com o Ceará, especialmente com espaços que estavam sendo acometidos pela doença ao mesmo tempo.

<sup>18</sup> Através dos estudos de Baptista, Nascimento e Baptista (2021a) e Baptista, Nascimento e Baptista (2021b) indica-se que, provavelmente, o surto do cólera em Independência inicia-se em maio de 1862 e finda-se entre junho e julho do mesmo ano. No ano seguinte foi a vez do termo de Príncipe Imperial, no

qual, segundo os autores, o surto teria tido início em abril de 1863 e com os últimos casos registrados até o final de maio. Não sabemos ao certo, no entanto, se o impacto da epidemia se limitou a dezenas de mortos e centenas de infectados, conforme indicam Baptista, Nascimento e Baptista (2021a) e Baptista, Nascimento e Baptista (2021b), tendo em vista que a documentação utilizada por estes autores ter se tratado dos relatórios de presidente da província e do periódico “O Expectador”. A questão posta refere-se ao fato de que os presidentes que estiveram no poder nos momentos que a província vivenciou a epidemia do cólera, bem como o jornal “O Expectador”, eram, em sua maioria, vinculados ao partido conservador no Piauí naquele momento, isto é, há a possibilidade de omissão ou minimização dos efeitos do surto por parte destas fontes haja visto que a maioria foram produzidas por grupos no mesmo espectro político. No caso de “O Expectador”, por exemplo, a intencionalidade no discurso do periódico e o apoio ao presidente da província que sucede Antontio de Britto Souza Gayoso torna-se claro na edição de 21 de junho de 1862 na qual o jornal elogia as ações de prevenção tomadas pelo governo anterior e solicita aos seus leitores a confiança nos médicos e no novo presidente da província quanto a resolução da nova crise sanitária que se descortinava em território piauiense com o cólera. Portanto, seria interessante outros documentos, especialmente de grupos de oposição, para uma análise a contrapelo destes documentos utilizados por estes autores.

<sup>19</sup> No século XIX um dos pensamentos que predominavam e que tentava explicar os motivos que levavam ao surgimento de doenças epidêmicas foi a teoria miasmática. Esta teoria defendia que as enfermidades eram provocadas pela presença de gases de caráter pútrido que se encontravam espalhados na atmosfera e que podiam ser percebidos pelo fedor que causavam. Estes, por sua vez, originavam-se mediante a decomposição da matéria orgânica existente nos lixos depositados nas ruas, em matadouros, esgotos, pântanos, hospitais e até mesmo nas igrejas onde a prática de sepultamento dos mortos continuava sendo praticada. Deste modo, no caso do cólera, em certas regiões, a exemplo da Bahia, foi comum a crença de que estes miasmas eram responsáveis pelo surgimento do mal, bem como por sua propagação, sendo defendido a necessidade de higienizar as cidades e desinfetá-las para que a epidemia chegasse ao fim (DAVID, 1993). No caso do Piauí este pensamento também se fez presente, mas, diferentemente de outras províncias, aqui foi possível encontrar registros de explicações sobre o porquê de a doença não ter chegado ao território piauiense de maneira similar a outros espaços, dentre estas encontrar-se-ia a teoria dos miasmas. Em 1867, após o término da epidemia do cólera no Piauí, no Relatório do Presidente da Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire há uma transcrição do relatório do médico Simplicio de Souza Mendes responsável por informar ao governo provincial a situação de salubridade pública do Piauí naquele ano. Segundo o médico, atribui-se duas razões para a epidemia não ter provocado tantas mortes, como em províncias vizinhas, estas sendo: Divina Providência e a Teoria miasmática. No caso da segunda, especificamente, o médico em questão acreditava que o clima da província, ainda que fosse “árido” e “seco”, por ser bem “ventilado”, teria impedido que o Piauí fosse “invadido” por essa doença que viria, principalmente, através do litoral e que afetou significativa porção da zona costeira brasileira (PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1867).

<sup>20</sup> Em Minas Gerais também há registros de nomes diferentes dados de acordo com a evolução do quadro do paciente, sendo possível encontrar documentos tratando de coléricos que os médicos declaravam estar em estágio álgido, considerado o momento mais crítico da doença (FONSECA; SILVEIRA, 2019). Sobre esta questão Maciel (2017) aponta ainda que circulava naquele contexto entre alguns médicos diferenças claras entre a colerina e o cólera, o que poderia explicar porque em algumas situações quando a enfermidade acometia o indivíduo de forma mais leve era denominada de colerina, e em outros momentos, já enquanto cólera, de modo mais grave podendo levar o sujeito a óbito. Por meio de dicionário médico publicado no contexto do século XIX e analisado pelo autor é possível indicar que se acreditava que os sintomas que o enfermo apresentava inicialmente, caso não desaparecessem em até uma semana, podendo haver uma evolução do quadro da doença e, assim, o desenvolvimento do cólera, esta sendo a segunda fase da enfermidade. Além disso, Pimenta (2003) indica ainda que a diferenciação se tratava também de um ato político, haja visto que para o poder público “[...] admitir a entrada do cólera no Brasil, e sobretudo na capital, era uma derrota política que preferiam adiar o quanto pudessem [...]” (PIMENTA, 2003, p. 194). Não obstante, esta distinção também se tornava um modo das autoridades manterem o controle da conjuntura, evitando uma situação de medo e pânico generalizado nas localidades que a doença adentrava.

<sup>21</sup> É interessante ressaltar também que dentre as medidas tomadas pelo governo provincial do Piauí estava o envio de números do “O Expectador” para as vilas e cidades acometidas pelo cólera ou que estavam em risco de a doença alcançar a região. Entre as edições de junho e julho do jornal é possível encontrar portarias da presidência da província indicando o envio do jornal para cidades como Oeiras e Parnaíba, além de vilas como Independência, Príncipe Imperial, Jaicós, Marvão e Picos, indicando às comissões sanitárias que observassem os conselhos de tratamento e os sintomas da enfermidade que estavam publicados no periódico para que informassem à população.

<sup>22</sup> De acordo com Porter (2008), a teoria humoral, desenvolvida por Hipócrates e continuada por Galeno, nomeava de humores os fluídos que cujo equilíbrio era tido como necessários para o bom funcionamento do corpo e para uma vida saudável. Segundo a teoria, o corpo humano teria quatro humores: sangue, bile negra, bile amarela e fleuma, não podendo estar nem quente ou frio demais, nem úmido ou seco demasiadamente e, deste modo, a enfermidade podia ser explicada quando uma qualidade de um dos humores se sobrepusesse aos outros. Apenas no século XVII a teoria dos humores começa a ser questionada na Europa em função dos novos estudos de anatomia e fisiologia que auxiliavam a medicina da época a compreender de maneira mais adequada sobre o funcionamento do corpo humano (PORTER, 2008). Contudo, a medicina portuguesa, da qual derivava o pensamento médico brasileiro neste contexto, especialmente por sua formação em Coimbra até o surgimento das primeiras faculdades de medicina na primeira metade do século XIX no Brasil, tinha ainda influência significativa da teoria humoral hipocrático-galênica (MORAES; LEMKE; DIAS, 2019) conforme podemos perceber na atuação do saber médico institucionalizado nas províncias brasileiras, bem como no conhecimento de tratamento para o cólera difundido na província do Piauí por meio do periódico “O Expectador”. Importante destacar ainda que, segundo Pimenta (2003) e Schwarcz (2005) nos anos 1830, pouco tempo após a independência do Brasil, o governo brasileiro prometeu benefícios a médicos que retornassem de Coimbra ou mesmo da França para que pudessem atuar no novo país, principalmente nas recentes academias médico-cirúrgicas, haja visto que o império brasileiro carecia de profissionais formados em medicina e apenas em 1832, por meio de projeto de lei aprovado na câmara dos deputados, estas academias transformam-se nas primeiras faculdades de medicina do Brasil. A influência do pensamento médico português, então, na medicina brasileira não ocorreu à toa e tratava-se da relação estabelecida entre Portugal e sua possessão americana, tendo em vista a proibição da instalação de faculdades de medicina em sua colônia e a necessidade de realizar os estudos na área em Coimbra. Posteriormente, mesmo com a vinda da família real no século XIX para a América, e com a notável ausência de profissionais diplomados para atuar no campo, a instalação de escolas cirúrgicas não apenas não formavam médicos como não supriram a demanda existente e, logo após, com a independência e sua transformação em academias médico-cirúrgicas o problema permaneceu. Deste modo, os primeiros 40 anos das faculdades de medicina brasileiras foram assinalados por um significativo esforço de institucionalização do conhecimento médico, embora este tenha sido marcado por problemas. Era comum a pouca capacitação dos docentes, reclamações no tocante à falta de verbas, desrespeito por parte dos discentes, dentre outras situações e com esse cenário modificando-se apenas a partir da segunda metade do século XIX. A partir deste novo momento a produção científica das faculdades ampliam-se, novas publicações são criadas, novos cursos são organizados e novos grupos de interesse tornam-se mais presentes, além do surgimento de um novo cenário a partir da criação da Junta de Higiene em 1850. No entanto, tem-se também um momento evidenciado pelo aparecimento de diversas epidemias, como a febre amarela, varíola, cólera, dentre outras. Trata-se de um contexto, então, com influência significativa do pensamento médico institucional lusitano, bem como com uma presença médica que ainda se fazia escassa, especialmente em províncias como o Piauí, e no qual “[...] redefiniam-se a atuação médica no país. Essa é a época do surgimento da figura do ‘médico missionário’, obstinado em sua intenção de cura e intervenção [...]” (SCHWARCZ, 2005, p. 198).

<sup>23</sup> Para mais informações sobre os efeitos das plantas medicinais citadas ver Di Stasi e Hiruma-Lima (2002).

<sup>24</sup> Segundo Di Stasi e Hiruma-Lima (2002) algumas das plantas citadas enquanto recomendadas para a produção de chás visando o tratamento do cólera têm caráter diurético, a exemplo do sabugueiro.

<sup>25</sup> Cabe indicar que os medicamentos destacados ao longo deste artigo também se fizeram presentes em outras províncias não apenas para o tratamento do cólera, mas de outras enfermidades, como era o caso da varíola no Amazonas. Em registros de envios de medicamentos por meio de ambulâncias para localidades diversas da província amazonense (SILVA, 2019), situação que também se sucedeu no Piauí, é possível perceber itens similares aos encontrados na província piauiense para o tratamento de enfermos.

<sup>26</sup> A situação epidêmica da doença na capital do Império terminou levando a Junta Central de Higiene a ceder espaço para a atuação de médicos homeopatas e, além disso, a alopatas adotarem ações similares a dos homeopatas no tocante a disseminação de informações sobre tratamentos e medicamentos perante a população por meio da publicação nos periódicos da imprensa da época (ALEXANDRE, 2010).

<sup>27</sup> Segundo Baptista, Nascimento e Baptista (2021b) na conjuntura que marca o surto epidêmico do cólera em 1862 no Piauí a presidência da província solicitou a províncias vizinhas, como a do Maranhão, o envio de profissionais formados em medicina para que pudessem atuar no território piauiense durante a epidemia do cólera entre 1862 e 1863.

<sup>28</sup> De acordo com Fonseca e Silveira (2019) a construção de lazaretos foram ações comuns tomadas para o combate de surtos epidêmicos. Tratava-se de espaços criados para a quarentena de enfermos ou mesmo de sujeitos que fossem suspeitos de estarem contaminados com as doenças epidêmicas em questão e assim separá-los dos indivíduos considerados saudáveis evitando-se a disseminação da enfermidade. Não

obstante servia também para que as pessoas afetadas pelas doenças fossem tratadas e, posteriormente, recuperadas. No caso de Amarração a década de 1860 não foi o único momento em que um lazareto foi construído em função do medo do cólera. Vinte anos depois, em 1884, o governo provincial solicitou a edificação de outro lazareto pela possibilidade e temor de que a doença voltasse a grassar no território piauiense por meio do porto de Amarração, haja visto que um novo surto epidêmico da doença se fazia presente na Europa e no litoral piauiense tinha-se a presença de embarcações oriundas diretamente deste continente (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018).

<sup>29</sup> Cabe destacar que no recorte temporal desta pesquisa, ou seja, o ano de 1862, o povoado de Amarração ainda pertencia à província do Ceará. Posteriormente, através de intenso debate no senado imperial e por meio do Decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880, a província do Piauí retoma o território de Amarração trocando esta última por Príncipe Imperial e Independência. A necessidade da retomada de Amarração e, portanto, a efetivação desta por meio da permuta territorial entre as duas províncias fez parte de uma estratégia estabelecida na segunda metade do século XIX e coadunada por parte das elites piauienses que previa o “progresso” do Piauí através de três elementos: desenvolvimento das vias fluviais, especialmente o rio Parnaíba, para escoamento da produção, construção de ferrovias com o mesmo intuito e a resolução do impasse litigioso com o Ceará para que se fosse possível reaver o território de Amarração, consequentemente o “porto” que ali existia e que encontrava-se na desembocadura de um dos braços do rio Parnaíba e, portanto, servindo para o fluxo de mercadorias destinadas à exportação (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021c).

<sup>30</sup> É possível encontrar no jornal piauiense “O Dia” entre o final de 1991 até o ano de 1993 várias edições com registros diversos sobre a situação do cólera no país, além dos supostos casos registrados no estado do Piauí. O jornal destaca ainda as ações do poder público para prevenção da doença, o temor que esta se espalhasse pelo estado, bem como informações pertinentes sobre o agente etiológico da doença e os cuidados que a população deveria ter para evitar a contaminação pela enfermidade.

<sup>31</sup> Ao tratar sobre o cólera, por exemplo, Rosenberg (1992) infere que para o pesquisador em história o mais relevante não é produzir análises sobre as pessoas que morreram durante as várias ondas da doença que afetaram diversas localidades no decorrer do século XIX, mas como o medo em torno desta enfermidade levou a tomada de medidas sanitárias, bem como serviu como catalisador para o surgimento de uma maior preocupação com a saúde pública no ocidente e de que modo isto modificou os contextos sociais que foram marcados pela chegada desta doença.

Artigo recebido em 30/08/2022

Aceito para publicação em 28/01/2023